

MINERAIS ESTRATÉGICOS NO MAR BRASILEIRO

Gustavo Gordo de Freitas

Grupo Gestão Econômica, de Ciência e Tecnologia no Uso dos Recursos do Mar (CEDEPEM)

Neste ensaio, procurar-se-á apresentar o conceito de minerais estratégicos aos olhos do Estado brasileiro e em que medida este ente tem envidado esforços para conhecer o assoalho marinho sob sua jurisdição e para explorá-lo. Para tal, lançar-se-á mão do Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030), dos relatórios anuais de atividades do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) de 2018 e 2019, bem como um dos relatórios do Projeto Estal. Por meio da avaliação destes documentos pretende-se compreender de que modo o Estado brasileiro vem incentivando o desenvolvimento de pesquisas para a apropriação efetiva e eficiente do espaço marinho em busca de suprir as necessidades internas de minerais estratégicos.

São considerados “estratégicos” os minerais localizados no território de um determinado Estado aos quais este atribua crucial importância para o completo desenvolvimento do País. Atualmente, o documento que indica quais minerais são estratégicos para o Brasil é o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030), publicado em 2011. Ali, explica-se que três situações podem levar o Estado brasileiro a considerar um determinado mineral como estratégico, sejam: 1. aqueles cuja necessidade de importação é alta a fim de suprir determinados setores da economia nacional; 2. aqueles cuja importância econômica espera-se que aumente nos próximos anos devido a seus usos para fins tecnológicos; e 3. aqueles nos quais o país tenha vantagens comparativas no cenário internacional (BRASIL; MME, 2011).

Entre os primeiros estão os minerais utilizados na fertilização do solo (Nitrogênio, Potássio e Fósforo), tendo-se em vista a grande necessidade nutrientes, inerente ao solo brasileiro, a fim de garantir o abastecimento de alimentos em um mercado gigantesco, “o que acarreta em forte impacto na balança comercial” (BRASIL; MME, 2011, p.85). Atualmente, o Brasil é um dos maiores importadores de fertilizantes do mundo, totalizando cerca de 33 milhões de toneladas para fins agrícolas em 2020 (ANDA, 2021).

Entre os minerais utilizados para fins tecnológicos verifica-se as terras raras, o lítio, o cobalto, o tântalo e outros materiais utilizados na produção de artigos de alta tecnologia.



No contexto do PNM-2030, as terras raras são bastante evidenciadas tendo-se em vista a grande quantidade de reservas existentes do Brasil. Contudo, estatui-se que

A estratégia aqui não deve se limitar à descoberta e produção destes bens minerais no país. [...] com a necessidade de programas específicos coordenados entre governo e setor privado para o desenvolvimento de processos e produtos em cadeias produtivas de alto valor agregado, eventualmente atuando em determinados nichos, em um ambiente de intensa competitividade internacional (BRASIL; MME, 2011).

Em relação ao minerais sobre os quais o país tem vantagens comparativas, pode-se dizer que o principal seja o minério de ferro compreendendo à maior parte do faturamento total do setor, com cerca de 138,7 bilhões de reais em 2020, 39% a mais do que no ano anterior (IBRAM, 2021). Comparativamente, o segundo mineral mais rentável é o minério de ouro que, mesmo tendo um aumento de 76% em relação ao ano anterior, representou um faturamento total de 23,2 bilhões de reais em 2020 (IBRAM, 2021).

Segundo relatório do Projeto Estal (BEZERRA, 2009) sobre as potencialidades minerais na região Nordeste, havia no ano de sua publicação uma série de depósitos de conchas calcárias ao longo da costa e plataforma continental da Bahia, bem como a potencialidade apontada por pesquisas da época de uma série de reservas do mesmo mineral em partes da costa do Ceará e Pernambuco. Também aponta para o potencial de exploração de Potássio na bacia do Recôncavo baiano em área submarina, então, fato inédito. No estado da Bahia ainda, a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral indicava a potencialidade de exploração de calcário biodetrítico marinho no sul do estado.

O Relatório do CPRM de 2018 (BRASIL; MME; CPRM, 2019) indica que, durante o referido ano, cinco projetos de pesquisa foram realizados nas águas brasileiras, sendo três no âmbito do REPLAC e dois no âmbito do PROAREA. O primeiro projeto, chamado “Plataforma Rasa”, analisou áreas marinhas do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Fernando de Noronha. O segundo chama-se Projeto Jequitinhonha, que mapeou a desembocadura dos rios Jequitinhonha e Pardo-Salabro, ao sul da Bahia. O terceiro, é o Projeto Fosforita que processou os dados recolhidos sobre a área do Terraço do Rio Grande em 2010 e 2011 para a elaboração de mapas. O quarto é o Projeto Elevação do Rio Grande que, trabalhando com a Autoridade Internacional dos Fundo Marinhos, procura fazer o mapeamento da Elevação do Rio Grande. No ano de referência foi realizado mapeamento bentônico da área. Por último, há o Projeto Cordilheira que procura mapear a cordilheira equatorial mesoocênica.

Segundo o relatório da mesma entidade referente a 2019 (BRASIL; MME; CPRM, 2020) aponta-se que durante o ano de referência “foram estudadas as plataformas do Ceará Oeste, Paraíba, Pernambuco e Alagoas” em busca de minerais pesados. Cita-se o Projeto Fosforitas Marinhas que então se ocupa da identificação de fósforo no Terraço do Rio Grande, considerado mineral estratégico.

Assim, avaliando-se os resultados de dois anos de trabalho do CPRM e do Projeto Estal, bem como conhecendo de antemão o contexto geral de estudos dos recursos marinhos brasileiros, pode-se verificar que embora o conhecimento que se tenha sobre os mesmos não venha sendo construído numa perspectiva linear e concatenada entre diferentes instituições, há em certa medida uma progressão em seus estudos individuais rumo à descoberta de fontes de recursos minerais no mar. Neste sentido, pode-se dizer que é necessário que o Estado brasileiro procure desenvolver modelos de PEM para a final conectar todos os estudos feitos sobre geologia marinha em diferentes entidades e criar uma base de dados sólida e eficiente que permita a exploração consciente dos recursos naturais existentes e permita que a sociedade desfrute efetivamente de seus benefícios.

REFERÊNCIAS

- ANDA. **Principais Indicadores do Setor de Fertilizantes**. Associação Nacional para Difusão de Adubos. Publicado em 08 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://anda.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Principais_Indicadores_2020_.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BEZERRA, Marcelo S. **Potencial do Incremento do Setor Mineral do Nordeste**. Ministério de Minas e Energia. Banco Mundial. Projeto Estal. Publicado em novembro de 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-etransformacao-mineral/relatorios-de-apoio-ao-pnm-2030-projeto-estal-1/estudos-especificos/documentos/p55_rt81_perfil_do_setor_mineral_no_nordeste_e_analise_das_possib.pdf/@download/file/P55_RT81_Perfil_do_Setor_Mineral_no_Nordeste_e_analise_das_possib.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- BRASIL; MME. **Plano Nacional de Mineração 2030: Geologia, Mineração e Transformação Mineral**. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Publicado em maio de 2011. Disponível em: <http://antigo.mme.gov.br/documents/36108/469987/PNM_2030.pdf/c1c58bf5-d32b-00be-5b70-8bf73e4923ad>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BRASIL; MME; CPRM. **Relatório da Administração 2018/2019**. Serviço Geológico do Brasil. Publicado em [2020]. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/informacao_publica/rel_anual_2019.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- IBRAM. **Setor Mineral 2020**. Instituto Brasileiro de Mineração. Publicado em 02 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://portaldamineracao.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao_Resultados_Setor_Mineral_2020-1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021